



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **16 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 15 de junho de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO CÂMARA APROVA R\$ 55 BI DO TESOIRO AO BNDES VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO PANORAMA ECONÔMICO..... VEICULAÇÃO NACIONAL	2
FOLHA DE SÃO PAULO MERCADO ABERTO VEICULAÇÃO NACIONAL	3
FOLHA DE SÃO PAULO A ECONOMIA CHINESA PODE FRACASSAR COMO A DO JAPÃO VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA DE SÃO PAULO ESTADOS TENTAM EVITAR PERDAS DE RECEITAS VEICULAÇÃO NACIONAL	6
VALOR ECONÔMICO ENFIM HÁ UM SINAL POSITIVO VINDO DA CHINA VEICULAÇÃO NACIONAL	7
VALOR ECONÔMICO “ POLÍTICA INDUSTRIAL TEM QUE SER LEVADA EM CONTA ” VEICULAÇÃO NACIONAL	8
VALOR ECONÔMICO COMO A CHINA AINDA PODE FRACASSAR VEICULAÇÃO NACIONAL	9
MASKATE Zona Franca sofre novo golpe: máfia do plástico. Ataque vem de todas as direções possíveis... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
AMAZONAS NOTÍCIAS Tony pede reabertura de posto da Suframa em Parintins VEICULAÇÃO NACIONAL	13
AMAZONAS NOTÍCIAS Evento na SUFRAMA debate redução de custos logísticos para o PIM a partir da utilização do entreposto da ZFM em Uberlândia VEICULAÇÃO NACIONAL	14
AMAZONAS NOTÍCIAS Sefaz negocia criação de dois entrepostos da Zona Franca de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	16
PORTAL A CRÍTICA Amazonas não tem estrutura para atrair empresas de Tablets..... VEICULAÇÃO NACIONAL	17
PORTAL A CRÍTICA Deputado alerta para novas ações contra o PIM VEICULAÇÃO NACIONAL	18
PORTAL D24AM Sefaz negocia criação de dois entrepostos da Zona Franca de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	19
PORTAL D24AM Audiência sobre tablets formalizar documento para a bancada do Amazonas em Brasília..... VEICULAÇÃO NACIONAL	20

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO CÂMARA APROVA R\$ 55 BI DO TESOURO AO <u>BNDES</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Eugênia Lopes e Adriana Fernandes / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A Câmara aprovou ontem medida provisória que autoriza a liberação de um empréstimo de R\$ 55 bilhões do Tesouro Nacional ao BNDES. Boa parte dos recursos, entretanto, só deve chegar aos cofres do banco de fomento no ano que vem.

Embora não tenha repassado até agora nenhum centavo do empréstimo, a equipe econômica estava preocupada com o atraso da votação da MP e com o risco de ela se transformar em mais um objeto de barganha dos parlamentares. Por isso, o Planalto pediu para incluir a medida na pauta da Câmara ontem.

Agora, ela precisa ser votada no Senado até 1.º de julho. Se isso não acontecer, a MP perderá validade.

Depois da aprovação pelos senadores, o governo ficará formalmente autorizado a fazer a operação, além de ganhar liberdade para calibrar os aportes em parcelas de acordo com as condições econômicas. A intenção do Ministério da Fazenda é deixar para 2012 a maior parte do repasse dos recursos.

O empréstimo de R\$ 55 bilhões do Tesouro Nacional ao BNDES é o quarto concedido ao banco depois da crise financeira internacional para fomentar o aumento dos investimentos no País. Essa política é alvo, no entanto, de inúmeras críticas de economistas, que argumentam que os

empréstimos ao BNDES são um dos responsáveis pelo aquecimento da economia, com reflexo na inflação. Os empréstimos também têm um custo fiscal para o governo, uma vez que o banco vai pagar ao Tesouro o dinheiro repassado num prazo longo e com juros subsidiados.

O empréstimo de R\$ 55 bilhões foi anunciado em março pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, para reforçar as linhas de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), criado para estimular a venda de bens de capital e a inovação no País. Como o primeiro semestre praticamente chegou ao fim e nenhum recurso foi transferido, o aporte do Tesouro nessa linha deverá ser bem menor este ano.

O governo vem discretamente colocando um pé no freio no crédito do banco oficial, cuja desaceleração dos desembolsos já repercutiu nos dados mensais de crédito divulgados pelo Banco Central. A Fazenda quer reduzir os aportes no BNDES, que somaram R\$ 205 bilhões em 2009 e 2010.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO PANORAMA ECONÔMICO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

ESTADOS UNIDOS

Fim de subsídios ao etanol não é aprovado

Uma proposta legislativa para eliminar os créditos tributários ao etanol nos Estados Unidos, assim como as tarifas sobre a importação do produto, não foi aprovada em votação-chave no Senado do país ontem. Foram 59 votos contrários e 40 a favor da emenda. Uma mudança na tarifa de importação, por exemplo, poderia beneficiar o Brasil.

EMPRESAS

Micro e pequenas perdem mercado para importado
Pesquisa do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpí-SP) mostra que 45% das indústrias com até 50 funcionários afirmam ter perdido mercado por conta dos produtos importados.

Além disso, 75% das companhias pesquisadas (300) consideram a concorrência com os importados desleal.

SUCCESSÃO

FMI exclui candidatura de Stanley Fischer

O Fundo Monetário Internacional (FMI) descartou o presidente do Banco Central de Israel, Stanley Fischer, como candidato para o cargo de diretor-gerente da instituição. Fischer, de 67 anos, tem dois anos acima da idade limite para o cargo. O FMI informou que vai considerar apenas os outros dois candidatos declarados, a ministra de Finanças da França, Christine Lagarde, e o presidente do Banco Central do México, Agustín Carstens. O objetivo do FMI é concluir o processo de seleção até 30 de junho.

Negociações salariais

Porcentual de pisos salariais que tiveram ganho real em 2010 foi maior do que em 2009 93,8% foi o total dos acordos com reajustes acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor no ano passado; em 2009, essa porcentagem foi de 92,9%

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO MERCADO ABERTO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MARIA CRISTINA FRIAS - cristina.frias@uol.com.br

América Latina é prioridade para elevar exportação, diz CNI

A América Latina será o mercado prioritário para a ampliação das exportações dos produtos manufaturados brasileiros, segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Estudos sobre oportunidades comerciais nos países da região mostram potencial nos setores de máquinas e equipamentos e de produtos para casa e construção.

"O fato de o mercado não ser tão complexo como os demais permite a participação de iniciantes na exportação", diz Tatiana Porto, da área de comércio exterior da CNI.

A proximidade dos mercados é um fator positivo, de acordo com Dirk Boehe, professor do Insper. "Os custos menores facilitam a realização dos negócios."

A atuação de grandes empreiteiras brasileiras no continente atrai novas oportunidades de comércio.

"Quando uma construtora faz uma obra de infraestrutura, ela impulsiona as exportações de produtos e de serviços de um grande número de pequenos e médios fornecedores brasileiros", diz Porto.

A decisão da CNI também visa combater a concorrência dos produtos chineses.

"O Brasil vem perdendo participação de mercado para a China. Existe uma questão muito séria de desvio de comércio na região", diz.

RUÍDO NA COMUNICAÇÃO

A Telefônica foi condenada pela Justiça do Trabalho de Bauru (SP) a emitir CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) mesmo nos casos em que não haja provas de que a lesão sofrida por seus funcionários tenha relação com a profissão exercida.

Segundo inquérito civil, a empresa não emitia CAT sem comprovação de que a atividade realizada era o motivo da lesão ou do acidente.

Acidentes devem ser comunicados à Previdência Social até o primeiro dia útil após a ocorrência, diz o Ministério Público do Trabalho.

Com a decisão, publicada na semana passada, a Telefônica foi obrigada a avaliar a exposição dos trabalhadores a ruídos. A multa ficou estipulada em R\$ 5.000 por dia.

A Telefônica diz que adota "as medidas de segurança para garantir a saúde de seus empregados" e que "a sentença vem sendo cumprida".

FIO TERAPÊUTICO

A Rhodia Fibras vai exportar o fio Emaná, certificado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), para Índia e Coreia do Sul.

O primeiro contrato prevê vendas de 250 toneladas.

O tecido, de acordo com a companhia, age na microcirculação sanguínea e ajuda a reduzir os sinais de celulite e a fadiga muscular.

CASA DE EVENTOS

Adriano Lódice, Leonardo Ribeiro e Leonardo Cid Ferreira lançam nesta semana uma agência de marketing e entretenimento, a Love Life.

Lódice, que é filho do estilista Valdemar e trabalha na área industrial e financeira da marca, será responsável pelo planejamento da agência. "Vamos trazer peças teatrais, DJs e organizar lançamentos de produtos, por exemplo."

Leonardo Ribeiro, sócio das unidades do Cafe de la Musique de Florianópolis, de Belo Horizonte e do Guarujá, afirma que a empresa oferecerá todos os serviços que envolvem um evento.

"Desde a busca por atrações que sejam interessantes para o público-alvo do cliente até a captação de patrocínio."

Cid Ferreira, que já trabalha com marketing, cuidará da área estratégica e presidirá a agência. Os três investiram R\$ 5 milhões no projeto.

MOVELEIRO

A Carraro, especializada em móveis populares, vai investir R\$ 20 milhões na compra de máquinas para seu parque industrial, em Bento Gonçalves (RS).

Controlada pelo grupo Todeschini, do mesmo setor, a empresa tem seus produtos revendidos por grandes redes varejistas, como Lojas Cem e Magazine Luiza.

A empresa afirma projetar alta de 12% do faturamento deste ano, para R\$ 235 milhões. Para turbinar vendas, uma das estratégias é o lançamento de novas linhas, diz o presidente Paulo Farina.

Compras também seguem no radar.

"O setor moveleiro é extremamente pulverizado, especialmente no Rio Grande do Sul, e sempre surgem possíveis alvos para aquisição", afirma Farina.

Genéricos O Tribunal de Justiça de SP suspendeu ontem a liminar concedida a AstraZeneca, que impedia a EMS de fabricar o genérico de rosuvastatina, usado para o tratamento de colesterol. A AstraZeneca é dona da patente da formulação da rosuvastatina.

Segurança... A Israel Aerospace e a catarinense Dígitro, de telecomunicações, fizeram parceria para entrar em licitações da área de segurança para a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016. O acordo favorece a entrada das empresas em grandes consórcios.

...esportiva Na parceria, a Dígitro entra com sua tecnologia de inteligência em telecomunicações. A Israel Aerospace, por sua vez, comparece com soluções de varredura por satélite e câmeras especiais empregadas no controle de tráfego em aeroportos.

com JOANA CUNHA, ALESSANDRA KIANEK, VITOR SION, LUCIANA DYNIEWICZ e FELIPE VANINI BRUNING

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO A ECONOMIA CHINESA PODE FRACASSAR COMO A DO JAPÃO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Até 1990, o Japão era a mais bem-sucedida das grandes economias mundiais. Quase ninguém previa o que viria a acontecer nas décadas subsequentes.

Hoje, as pessoas admiram mais as realizações da China. Será concebível que esse colosso venha a descobrir que o sucesso espetacular pode servir como precursor de um fracasso surpreendente? A resposta é sim.

A renda per capita japonesa (em paridade de poder de compra) saltou de 20% do nível norte-americano na década de 50% a 90% em 1990. Mas essa convergência espetacular pode se reverter. Em 2010, a renda per capita japonesa havia recuado a 76% do nível norte-americano.

A renda per capita chinesa subiu de 3% do nível norte-americano em 1978, quando Deng Xiaoping iniciou sua "reforma e abertura", para 20% do nível dos Estados Unidos atualmente.

Essa ascensão vai continuar de maneira igualmente espetacular nas próximas décadas ou a China também poderá nos surpreender com uma reversão de rumo?

É fácil defender a suposição mais otimista. A China conta com um histórico comprovado de sucesso, com índice médio de crescimento anual de 10% entre 1979 e 2010. E a China está bem longe dos padrões de vida dos países avançados.

Caso a China acompanhe o desempenho japonês em termos de alta na renda per capita, esta atingiria 70% do nível norte-americano em 2035, quando a economia chinesa seria maior que a norte-americana e a da União Europeia combinadas.

Mas existem argumentos em contrário. Um deles é o de que o tamanho da China é uma desvantagem porque, entre outras coisas, torna sua ascensão muito mais dramática em termos de demanda por recursos, se comparada a ascensões de outros países.

Outro ponto é que os efeitos políticos dessa transformação podem ser perturbadores em um país governado por um partido comunista. É possível encontrar argumentos puramente econômicos para justificar que o crescimento pode se desacelerar de forma mais abrupta do que a maioria presume.

O primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, descreveu a economia de seu país como "instável, desequilibrada, descoordenada e em última análise insustentável". Por isso, a economia deve reduzir seu crescimento a 7% ao ano.

O governo chinês é habilidoso. Mas não é capaz de caminhar sobre a água. E a água sobre a qual ele terá de caminhar nos próximos dez anos não será plácida. Precisamos ficar de olho nas ondas.

Tradução de PAULO MIGLIACCI

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO ESTADOS TENTAM EVITAR PERDAS DE RECEITAS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governos de MG e RS propõem reduzir pagamento da dívida para apoiar reforma tributária

MARIANA CARNEIRO

DE SÃO PAULO

Estados do Sul e do Sudeste começam a se articular para defender interesses na reforma tributária. Ontem, governadores das regiões Norte e Nordeste saíram na frente e entregaram propostas conjuntas ao ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Minas Gerais e Rio Grande do Sul são simpáticos a uma forma de abater possíveis perdas nas dívidas que têm com a União. A proposta é descontar o prejuízo da parcela que tem ser paga ao Tesouro anualmente:

13% da arrecadação dos Estados.

O **Governo Federal** quer unificar as alíquotas do **ICMS** interestadual para frear a guerra fiscal. Hoje, elas variam de 7% a 12%, e cairiam para 2% ou 4% em todos os Estados.

Segundo a Fazenda, oito Estados perderiam com a mudança: São Paulo, **Amazonas**, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Mas Minas Gerais, segundo o secretário de Fazenda, Leonardo Colombini, ainda faz contas. "O **Ministério** da Fazenda nos pediu para entregar as contas até o fim do mês, mas posso adiantar que Minas vai perder", diz.

Para o secretário estadual de Fazenda do Rio Grande do Sul, Odir Tonollier, a possibilidade de descontar as perdas no que é pago União é mais **importante** do que mudar o índice que corrige a dívida, como sugerem outros governadores. "Mudar o indexador não muda nada no dia a dia", diz.

Embora praticamente unânime entre os governadores, a necessidade de mudança do indexador da dívida dos Estados esbarra num entrave. O índice atual é o IGP-DI (Índice Geral de Preço Disponibilidade Interna) mais um percentual que varia de 6,5% a 9%.

A mudança, no entanto, exigiria nova redação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Governadores como o paulista Geraldo Alckmin já disseram ser contra qualquer alteração na lei.

São Paulo e Rio de Janeiro pretendem forçar o debate para rever a distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados.

Pelas regras atuais do fundo, 85% dos recursos são destinados aos Estados do Norte e do Nordeste. São Paulo, embora seja o Estado com maior população, segundo o secretário de Fazenda, Andrea Calabi, tem direito a apenas 1% da verba.

"O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da distribuição", afirma Calabi. Este promete ser um dos pontos de maior divergência.

Na proposta entregue ontem, estados do Norte e Nordeste sugerem o fim da cobrança do **ICMS** interestadual. Em troca, seria criado um fundo para compensar Estados e empresas que perderiam benefícios.

Colaborou ANA CAROLINA OLIVEIRA de Brasília

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO ENFIM HÁ UM SINAL POSITIVO VINDO DA CHINA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Daniele Camba

Depois de alguns indicadores preocupantes, enfim, surge um sinal positivo vindo da China. Os dados divulgados ontem mostram que, apesar da desaceleração, a economia chinesa ainda mantém um bom ritmo de crescimento. Isso trouxe certo alívio para o mercado, que temia que ocorresse um pouso forçado no Produto Interno Bruto (PIB) do país asiático. Um desempenho muito pior comprometeria de forma relevante a economia global, dada a importância comercial da China.

Com esse alívio, mesmo que momentâneo, o Índice Bovespa fechou ontem em leve alta de 0,29%, aos 62.204 pontos. Essa tímida valorização, no entanto, é um importante sinal de que, mesmo com notícias positivas, os investidores continuam receosos com o destino da economia mundial.

Entre os indicadores chineses divulgados ontem, a produção industrial em maio teve alta de 13,3% em comparação com o mesmo mês de 2010, vindo acima das projeções dos analistas, que eram de um acréscimo de 13,2%. Já com relação ao mês anterior, quando subiu 13,4%, o número de maio revela uma desaceleração, mas não tanto quanto o esperado.

Economia chinesa se mostra forte, apesar da inflação alta. As vendas do varejo registraram alta de 16,9% no mês passado, percentual ligeiramente abaixo do que se esperava, que era um crescimento de 17%. O dado também foi levemente inferior ao anterior, de 17,1%.

Mas não houve apenas notícias positivas vindas da economia chinesa. O índice de preços ao consumidor, por exemplo, registrou alta de 5,5% no mês passado, o maior percentual em 34 meses. Como consequência, o Banco Central chinês decidiu aumentar o depósito compulsório dos bancos pela sexta vez somente neste ano.

O governo chinês está muito empenhado em controlar a inflação. Portanto, se os índices de preços continuarem mostrando alta, é de se esperar que novas medidas restritivas sejam lançadas. Isso traz impactos não só para a inflação, mas para o crescimento econômico. Em outras palavras, o jogo está longe de estar ganho na China.

Como os olhos e os ouvidos continuam voltados para as economias chinesa e americana, o mercado também se preocupou ontem com o discurso do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Ben Bernanke. Ele voltou a dizer que um fracasso no aumento do limite da dívida pública pode causar "distúrbios severos nos mercados financeiros".

Segundo o gerente comercial da filial do Rio da Fator Corretora, Cristiano Braga, já é possível ver um certo ingresso de recursos de estrangeiros na Bovespa, especificamente para a compra dos papéis mais líquidos.

Essa entrada, no entanto, não tem sido suficiente para elevar o volume financeiro da bolsa, que vem bastante magro nos últimos pregões.

Daniele Camba é repórter de Investimentos

E-mail daniele.camba@valor.com.br

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO “POLÍTICA INDUSTRIAL TEM QUE SER LEVADA EM CONTA”		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

De Brasília

Responsável pela coordenação da defesa do consumidor no Ministério Público Federal, o subprocurador-geral Antonio Fonseca defende que o Cade olhe para a política industrial e para os aumentos nas exportações ao decidir o destino da compra da Sadia pela Perdigão.

"A política industrial é um motivo preponderante da economia nacional", afirmou Fonseca ao Valor.

Segundo ele, esse motivo seria suficiente para levar à aprovação do negócio. "Outras legislações levam em conta a elevação da exportação", completou o subprocurador, referindo-se a países que aprovam fusões com base na elevação das vendas das empresas para o exterior.

A tese de Fonseca está na contramão do pensamento da maioria dos conselheiros do Cade. Para o subprocurador, se uma fusão leva à criação de um grande exportador, o Cade deve considerar isso ao julgar o negócio. "Ao menos, devem ser dadas chances para as empresas esgotarem as alternativas de negociação", disse.

Para o Cade, o que importa é o impacto da fusão sobre o mercado interno, se o consumidor que compra carne ou frango terá menos alternativas de produtos e se os preços vão aumentar para os brasileiros.

No órgão antitruste prevalece a ideia de que a política industrial e de exportações é feita por outras áreas do governo, como os Ministérios do Desenvolvimento e das Relações Exteriores. Ao Cade cabe analisar a concorrência local.

Fonseca foi ex-conselheiro do Cade entre 1996 e 1998 e sabe que a sua tese está fora de moda no órgão antitruste. Mesmo assim defendeu um olhar industrial para o Cade. "Esse

preconceito (de não olhar para a política industrial) é descabido", argumentou. Os problemas para os consumidores brasileiros seriam resolvidos, segundo ele, com o monitoramento dos diversos mercados em que a Sadia e a Perdigão atuam para verificar eventuais abusos.

A hipótese de o Cade - um órgão que não tem mais de 50 funcionários, com sede num prédio de dois andares, no Setor Comercial de Brasília - fiscalizar todos os setores que envolvem a compra da Sadia, como frangos, carnes, perus, salsichas, margarinas e lácteos em geral, foi descartada pelo relator do processo, conselheiro Carlos Ragazzo. Em seu voto, ele concluiu que a Sadia e a Perdigão teriam o poder de ditar preços em vários mercados. Ao analisar a proposta das empresas de fornecer produtos industrializados a concorrentes em apenas um mercado (o de perus), Ragazzo disse que essa hipótese seria inviável.

Já Fonseca acredita que o monitoramento de mercados será possível tão logo o Congresso aprove o projeto que cria o Super-Cade, que vai dar mais de 200 funcionários para o órgão. O texto foi enviado para o Parlamento há quatro anos, sofreu dezenas de emendas no Senado e voltou para a Câmara para nova votação ainda sem data para ser realizada.

A ação da BRF Brasil Foods fechou cotada ontem em R\$ 24,48, alta de 1,61%. (JB)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO COMO A CHINA AINDA PODE FRACASSAR		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Até 1990, o Japão era a grande economia mais bem-sucedida do mundo. Quase ninguém previa o que aconteceria ao país nas décadas seguintes. Hoje, as pessoas mostram-se ainda mais assombradas com os feitos da China. É concebível que esse colosso possa descobrir que êxitos espetaculares sejam precursores de fracassos surpreendentes? A resposta é "sim".

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Japão per capita (pela paridade do poder de compra), que em 1950 era de 20% do verificado nos Estados Unidos, saltou para 90% em 1990. Essa convergência espetacular, porém, passou a andar para trás: em 2010, o **PIB** per capita japonês havia caído para 76% do registrado nos EUA.

O **PIB** per capita na China passou de 3% do americano em 1978, quando Deng Xiaoping iniciou a "reforma e abertura", para 20% do verificado nos EUA de hoje. Será que o país prosseguirá de forma tão impressionante nas próximas décadas ou será que a China, também, surpreenderá com uma queda?

É fácil apresentar argumentos otimistas. Primeiro, a China tem histórico comprovado de sucesso, com taxa de crescimento médio da economia de 10% entre 1979 e 2010. Segundo, a China está muito distante dos padrões de vida dos países de alta renda. Em relação aos EUA, seu **PIB** per capita está no ponto em que estava o do Japão em 1950, antes do que viria a ser um período de 25 anos de crescimento elevado. Se a China igualar o desempenho do Japão, seu **PIB** per capita será de 70% o dos EUA em 2035 e sua economia será maior que a dos EUA e União Europeia somadas.

Há, entretanto, contra-argumentos. Um é o de que o tamanho da China é uma desvantagem: em particular, torna sua ascensão muito mais dramática para a demanda por recursos do que qualquer coisa já vista antes.

Outro é que os efeitos políticos decorrentes de tal transformação podem ser impactantes para um país comandado por um partido comunista. Também é possível propor argumentos puramente econômicos para a ideia de que o crescimento poderia desacelerar-se de forma mais abrupta do que a maioria presume.

É muito difícil para um país investindo metade do **PIB** desacelerar suavemente. A transição para uma expansão econômica mais lenta será um caminho bastante esburacado. O governo chinês é hábil. Mas não consegue andar sobre as águas

Tais argumentos apoiam-se em duas características da situação chinesa. A primeira é que é um país de renda média. Economistas admitem, cada vez mais, a "armadilha da renda média". Portanto, é difícil sustentar fortes aumentos na produtividade e administrar grandes mudanças estruturais, à medida que a economia se torna mais sofisticada. Nos últimos 60 anos, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura foram praticamente as únicas economias a conseguir o feito nos últimos 60 anos.

O próprio primeiro-ministro da China, Wen Jiabao, descreveu a economia como "instável, desequilibrada, descoordenada e, no fim das contas, insustentável". A natureza do desafio ficou evidente para mim durante as discussões do 12º plano quinquenal do país, no Fórum de **Desenvolvimento** da China 2011, realizado em Pequim, em março. O novo plano defende uma mudança profunda no ritmo e estrutura do crescimento econômico. Em particular, prevê-se desaceleração do crescimento para apenas 7% por ano. Mais **importante**, espera-se que a economia se reequilibre em relação ao forte peso dos investimentos, movendo-se mais em direção ao consumo e, em parte como resultado disso, da indústria para o setor de serviços.

Os investimentos de fato cresceram bem mais que o **PIB**. Entre 2000 e 2010, o crescimento médio da formação bruta de capital fixo, indicador dos investimentos, foi de 13,3%, enquanto o aumento médio do consumo privado foi de 7,8%. Ao longo do mesmo período, a participação do consumo privado no **PIB** caiu de 46% para menos 34%, enquanto a dos investimentos subiu de 34% para 46%.

O professor Michael Pettis, da Guanghua School of Management, da Universidade de Pequim argumenta que a supressão dos salários, a imensa expansão do crédito barato e taxa de câmbio reprimida foram formas de transferir renda das famílias para as empresas e, subsequentemente, do consumo ao investimento. Dwight Perkins, de Harvard,

argumentou no Fórum de **Desenvolvimento** da China que o volume de capital necessário por unidade adicional do **PIB** (Icor, na sigla em inglês) subiu de uma relação de 3,7 para 1 na década de 90, a uma de 4,25 para 1 na de 2000. Isso também indica que os retornos vêm diminuindo.

Se o padrão de crescimento for revertido, como deseja o governo, a expansão dos investimentos precisa ser menor que a do **PIB**. É o que ocorreu no Japão nos anos 90, com resultados sombrios. A tese proposta pelo professor Pettis é que uma estratégia de investimentos forçados normalmente acabará com um golpe. A questão é quando. Na China, isso pode ocorrer antes, dentro do processo de crescimento, do que no Japão, porque os investimentos são altos demais. Grande parte dos investimentos agora em andamento será deficitária sem um suporte artificial, argumenta. Um indicador, sugere, é o forte crescimento do crédito.

George Magnus, do UBS, também destacou no "Financial Times", em 3 de maio, que a intensidade de crédito no crescimento chinês aumentou acentuadamente. Isso também lembra o Japão do fim dos anos 80, quando a tentativa de sustentar o crescimento em uma demanda doméstica que era puxada pelos investimentos levou a uma expansão de crédito destrutiva.

À medida que o crescimento desacelerar, a demanda por investimentos certamente encolherá. Com uma expansão de 7%, a taxa necessária de investimentos poderia cair para até 15% do **PIB**. Mas a tentativa de transferir renda para as famílias poderia forçar a um declínio ainda maior. De motor de crescimento, o investimento poderia tornar-se fonte de estagnação.

A visão otimista é que o crescimento potencial da China é tão grande que o país pode administrar a transição planejada com tranquilidade. A visão pessimista é que é muito difícil para um país investindo metade do **PIB** desacelerar suavemente. Suponho que a transição para uma expansão econômica mais lenta e para uma maior dependência em relação ao consumo será um caminho bastante esburacado. O governo chinês é hábil. Mas não consegue andar sobre as águas. As águas pelas quais terá de andar na próxima década serão bem agitadas. Cuidado com as ondas.

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do FT

	VEÍCULO MASKATE		EDITORIA
	TÍTULO Zona Franca sofre novo golpe: máfia do plástico. Ataque vem de todas as direções possíveis...		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Manipulação para enganar fiscais da Suframa

“O ataque vem de todas as direções, e a guerra está configurada... o modelo Zona Franca está sendo alvo permanente de pilhagem dos grupos do Sudeste”, alerta a deputada Rebecca Garcia, do PP, que integra a liderança do governo no Congresso Nacional e tem pela frente uma bancada parlamentar poderosa pra desestabilizar a economia local. Para ela, está em jogo o combate às desigualdades regionais, pois o modelo ZFM, alvo preferencial dos ataques, é pólo irradiador de desenvolvimento de toda a Amazônia Ocidental. “É um terrorismo econômico!”, disse a parlamentar, ao analisar que a Operação Etileno, da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, traz no seu bojo o descredenciamento do modelo Zona Franca. Trata-se de uma operação, assim como tantas outras, de óleo, açúcar, feijão etc, que manipulam distribuição com o propósito de auferir as vantagens fiscais da Suframa. O golpe é antigo e tenta desequilibrar e desmoralizar o modelo econômico local.

Operação Etileno

A Sefaz paulista está investigando, desde o começo do ano, segundo a Folha, um esquema operado por empresas de Manaus, de origem paulista e de São Paulo que já deve ter fraudado aproximadamente R\$ 100 milhões em incentivos fiscais concedidos nas operações comerciais com o modelo Zona Franca de Manaus. A operação Etileno, segundo o governo de São Paulo, está fiscalizando empresas do ramo de plásticos (garrafas plásticas e filmes para embalagens) com base em Manaus e nas cidades de São Paulo e Jundiaí, Itapevi e Barueri no interior paulista. Elas são suspeitas de simular remessas de mercadorias para Manaus com o intuito de se creditarem do IMCS, previsto na legislação da ZFM. Até o momento, a Sefaz-SP apura apropriação indevida de imposto sobre operações da ordem de R\$ 600 milhões.

Cerco policial

A investigação, encabeçada pelos fiscais e polícia do governo de São Paulo, contou, até o momento, com a participação de cinco delegacias regionais, de equipe de fiscalização especial da Diretoria Executiva da Sefaz-SP e da

Secretaria da Fazenda do Governo do Amazonas, além de apoio policial. Ao todo participaram 47 Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo e quatro fiscais do Estado do Amazonas. Foram fiscalizados 15 estabelecimentos, sendo dois na região de Osasco (SP), cinco na de Jundiaí (SP), dois na capital paulista, um no ABC Paulista e três em Manaus. A Sefaz amazonense destacou um grupo de auditores acompanhou a fiscalização da comitiva de São Paulo as três investidas locais. O modelo ZFM é alvo frequente dessas pilhagens desde os anos 90, a despeito de todo um aparato de programas sofisticados de computador para monitorar as operações.

Modelo cobiçado pelos pilantras

Diferente do restante do País, o regime fiscal desenvolvido na Zona Franca de Manaus (ZFM) oferece benefícios com o objetivo de atrair investidores e desenvolver a economia em uma região distante dos grandes centros consumidores, como as Regiões Sul e Sudeste. Além de vantagens oferecidas pelo Governo Federal, o modelo é reforçado por políticas tributárias estaduais e municipais.

Qualquer produto de outro Estado brasileiro vendido para alguma empresa da Zona Franca de Manaus (ZFM) é tributado na origem como exportação, explica o consultor e economista Rodemarck Castelo Branco. “Por isso, os produtos que vêm de fora não pagam Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), têm redução de ICMS, além das contribuições previdenciárias (PIS/Cofins)”. Se não aplicasse os benefícios, a empresa teria que pagar, teoricamente, 17% de ICMS, 9,25% de PIS/Cofins e o IPI que, dependendo do produto, pode chegar até 30%, no caso de automóveis.

Disfunções fiscais

Desde 1967, diferente do restante do País, o regime fiscal desenvolvido na Zona Franca de Manaus (ZFM) oferece benefícios com o objetivo de atrair investidores e desenvolver a economia em uma região distante dos grandes centros consumidores, como as Regiões Sul e Sudeste. Além de vantagens oferecidas pelo Governo Federal, o modelo é reforçado por políticas tributárias estaduais e municipais. Qualquer produto de outro Estado brasileiro vendido para alguma empresa da Zona Franca de Manaus (ZFM) é

tributado na origem como exportação, por isso, os produtos que vêm de fora não pagam Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), têm redução de ICMS, além das contribuições previdenciárias (PIS/Cofins). Se não aplicasse os

benefícios, a empresa teria que pagar, teoricamente, 17% de ICMS, 9,25% de PIS/Cofins e o IPI que, dependendo do produto, pode chegar até 30%, no caso de automóveis.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO Tony pede reabertura de posto da <u>Suframa</u> em Parintins		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O deputado Tony Medeiros (PSL) disse, na tribuna da Assembleia Legislativa que é fundamental que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) reative o posto de desembarço de mercadorias em Parintins, de modo a evitar que o comércio da ilha acumule mais prejuízos em virtude da demora no descarregamento das mercadorias. Segundo Tony Medeiros, o posto de atendimento da Suframa foi desativado há quase 20 anos, justificado pelo pouco movimento de mercadorias àquela altura em toda a região do baixo Amazonas. Tony explicou que a Suframa desativou o posto de atendimento em 1993, sob a justificativa de que o movimento comercial da região, àquela altura, era muito pequeno. "Hoje, decorridos 18 anos, a realidade é outra. Temos mais de 1,4 mil contribuintes cadastrados que sofrem a demora no desembarço de documentos fiscais em face da ausência de um posto da Suframa" garantiu. Segundo

ele, os comerciantes são obrigados a ir a Manaus para desembaraçar os documentos fiscais das mercadorias, o que demanda, em média, cinco dias, acumulando, por isso, sérios prejuízos ao valor da compra.

Na avaliação de Tony Medeiros, como a Suframa apostou no desenvolvimento da região do baixo Amazonas nos anos 80 e 90, é importante que as vantagens proporcionadas a Parintins naquela década sejam reativadas, para que o município volte a crescer economicamente. Para oficializar sua proposta, Medeiros encaminhou à Mesa Diretora da Aleam requerimento solicitando a reativação do posto de atendimento da Suframa, de modo a agilizar o atendimento de todo o comércio estabelecido na região.

Fonte: Jornal da Ilha

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO Evento na SUFRAMA debate redução de custos logísticos para o PIM a partir da utilização do entreposto da ZFM em Uberlândia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O potencial aproveitamento do Entrepasto da **Zona Franca** de **Manaus** em Uberlândia (MG) como centro de recebimento, estocagem e distribuição dos produtos fabricados no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** para todo o país, com redução de custos logísticos, foi um dos principais pontos debatidos nesta terça-feira (14) durante o “I Encontro de Negócios **Manaus** – Uberlândia”. O evento, realizado no auditório da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (SUFRAMA)**, contou com a participação de representantes de órgãos governamentais e de entidades de classe, empresários e operadores logísticos dos Estados do **Amazonas** e de Minas Gerais.

Inaugurado em março de 2010, o entreposto da **ZFM** em Uberlândia já apresenta resultados considerados animadores em pouco mais de um ano de funcionamento. Atualmente são 18 empresas em operação no local, com geração de aproximadamente 50 empregos diretos e circulação de R\$ 1,5 bilhão em **mercado**rias.

O foco das discussões realizadas hoje foi aproveitar a localização estratégica da cidade de Uberlândia, conhecida como a “capital nacional da logística” e interligada às principais rodovias, ferrovias e portos brasileiros, para facilitar o escoamento dos produtos da indústria amazonense ao restante do país, tendo em vista que entre 80% e 85% das vendas do **PIM** são destinadas ao **mercado** brasileiro, com destaque para as regiões Sul e Sudeste.

A programação do encontro incluiu rodadas de negociações entre empresários amazonenses e mineiros e palestras técnicas sobre as condições de operação do entreposto da **ZFM** em Uberlândia e sobre oportunidades de negócios entre as duas regiões. O evento foi encerrado com a expectativa de que o discurso de aproximação das relações entre as duas regiões seja reforçado futuramente por protocolos de cooperação técnica, participações conjuntas em feiras de negócios e realização de missões para novo intercâmbio de experiências.

“Foi o primeiro processo oficial de uma parceria entre os dois polos”, afirmou o secretário de **Desenvolvimento** Econômico e Turismo de Uberlândia, Paulo Sérgio Ferreira. “Para a cidade de Uberlândia e para o Estado de Minas

Gerais é muito **importante** que nós possamos estabelecer novas parcerias aqui para ter ainda mais empresas de **Manaus** utilizando o entreposto da **ZFM** em Uberlândia. Queremos também utilizar o frete reverso para trazer produtos do Sudeste para **Manaus** e atender também o **mercado** local. **Manaus** é uma das capitais que mais crescem no **Brasil** e o Sudeste brasileiro tem muito interesse nesse **mercado**”, complementou.

De acordo com o secretário de Estado da Fazenda do **Amazonas**, Isper Abraham, o encontro foi **importante** porque apresentou novas oportunidades de ganhos logísticos para a região. “O Entrepasto da **ZFM** em Uberlândia tem tido sucesso encorajador e pode trazer benefícios à indústria **regional**, pois permite que os produtos fabricados no polo amazonense possam ficar até seis meses estocados próximos das regiões consumidoras e tenham entrega garantida aos clientes em poucas horas”, disse Abraham. “Antigamente, sem o entreposto, os pedidos só tinham a opção de ser faturados diretamente do **PIM** e levavam em média até 15 dias para ser entregues”, reforçou.

A coordenadora-geral de Estudos Econômicos e Empresariais da **SUFRAMA**, Ana Maria Souza, destacou o fato de que mais de 50 empresários de Uberlândia se deslocaram até **Manaus** para participar do encontro, o que demonstra o interesse do lado mineiro no **desenvolvimento** de negócios com o **PIM**, e disse ainda que a utilização do entreposto da **ZFM** em Uberlândia é mais uma alternativa que pode ser utilizada pelas empresas amazonenses com vistas à redução de custos. “A intenção é justamente aproximar mais os empresários dos dois polos, pois uma vez que se amplia o número de empresas em operação no entreposto e aumenta-se o volume de negócios, pode-se fazer uma negociação para a redução de preços, tanto de frete quanto de armazenagem. E essa redução impacta positivamente na competitividade dos produtos fabricados no **PIM**”, afirmou Ana Maria.

O “I Encontro de Negócios **Manaus** – Uberlândia” foi uma das ações integrantes da programação da missão do projeto Plataforma de Valor do **Brasil** Central (PVBC) a **Manaus**. A missão, que desembarcou em **Manaus** na segunda-feira com o objetivo de estimular a geração de novos

negócios e parcerias entre os dois Estados, será encerrada
nesta quarta-feira (15) com visitas a empresas do **PIM** e aos

portos Chibatão e Superterminais.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS		EDITORIA
	TÍTULO Sefaz negocia criação de dois entrepostos da <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Secretaria de Fazenda do Amazonas (Sefaz) está negociando a implantação de novos entrepostos da Zona Franca de Manaus (ZFM), em Pernambuco e Goiás, para facilitar o comércio dos produtos do Polo Industrial de Manaus (PIM) nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do País.

“Com os entrepostos, há um ganho logístico muito grande para as empresas, aumentando a competitividade dos nossos produtos no mercado brasileiro”, afirmou o secretário de Estado de Fazenda, Isper Abraham.

Segundo Abraham, as negociações do Governo do Amazonas com as Secretarias de Fazenda de Pernambuco e Goiás estão avançadas e até o final do ano devem ser concluídas. Em Goiás, o Estado já assinou um protocolo para a implantação do entreposto, que será instalado na capital Goiânia. As conversas entre os governos do Amazonas e Pernambuco ainda se concentram na definição do local de instalação do entreposto.

“A criação de um entreposto é feita com base em estudos técnicos para atender a demanda de empresários por melhores condições. São eles que nos demandam. Agora, por exemplo, temos uma demanda forte dos empresários do Nordeste e Centro-Oeste, mas principalmente do Nordeste. Estamos em conversa com os fiscos estaduais para conciliar os interesses. Para nós, também não é interessante colocar diversos entrepostos porque aí se cria uma competição predatória e prejudicial”, disse Abraham.

A Zona Franca de Manaus já possui um entreposto no município de Rezende, no Rio de Janeiro, e outro em Uberlândia, em Minas Gerais. Criado há pouco mais de um ano, o entreposto de Uberlândia conta com 18 empresas operando internamente, gera aproximadamente 50 empregos diretos e movimentou cerca de R\$ 1,5 bilhão em mercadorias

no ano passado, segundo informações da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Encontro – Empresários do Amazonas e de Minas Gerais estão reunidos em Manaus para discutir as oportunidades de negócios com o entreposto da ZFM em Uberlândia. Organizado pela Suframa, o evento, que acontece até amanhã, faz parte da programação da missão empresarial do Projeto Plataforma do Valor do Brasil Central (PVBC), liderado pelo prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão, e por empresários mineiros.

“Uberlândia hoje é um posto extremamente importante. Mais ou menos equidistante de todas as partes do País. Logisticamente é muito importante porque você tem grandes atacadistas localizados na região Sudeste e que, atualmente, têm tido uma postura de manter um estoque de produtos baixo e comprar constantemente da indústria, o que para nós dificulta por causa das nossas questões logísticas”, ressaltou o secretário de Estado de Fazenda, Isper Abraham, que abriu oficialmente o evento.

Com as negociações através do entreposto, as empresas têm um custo logístico reduzido e conseguem entregar seus produtos em menor tempo, sem que haja perda no volume de arrecadação de impostos. No entreposto, o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Governo do Amazonas só é feito quando os produtos chegam a base. O Estado que recebe o entreposto fica com o ICMS sobre o transporte da mercadoria.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA		EDITORIA
	TÍTULO <u>Amazonas</u> não tem estrutura para atrair empresas de Tablets		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A falta de infraestrutura aeroportuária, fornecimento de energia elétrica, internet de qualidade na região e mão de obra qualificada são problemas que ferem de morte os planos de desenvolvimento do Polo Industrial de Manaus. Essa foi um das conclusões da audiência pública realizada na ALE-AM sobre as consequências da MP 534, que desonera a produção dos tablets em todo o País

A falta de uma agenda positiva unificada tem enfraquecido o Estado do Amazonas nas batalhas envolvendo a defesa da Zona Franca de Manaus (ZFM). Isso, aliado a falta de infraestrutura aeroportuária, de fornecimento de energia elétrica e Internet de qualidade na região tem "ferido de morte" os planos de desenvolvimento do nosso Polo Industrial. Essa foi uma das conclusões da audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE-AM) sobre as consequências da Medida Provisória 534, que desonera a produção dos tablets em todo o País.

Economista e estudioso do assunto, o ex-prefeito de Manaus, Serafim Corrêa, disse que a elaboração da MP dos Tablets foi uma média que o Governo Federal fez para agradar a classe média brasileira, na medida em que reduzirá o preço médio dos aparelhos em até 35%.

Serafim lembrou que durante a viagem que fez a China, a presidenta Dilma Rousseff (PT) fechou os detalhes da implantação da empresa Foxconn no Brasil. Durante esta visita, segundo Serafim, a Superintendente da Suframa, Flávia Grosso, teria sido "sacada". A Foxconn promete investimentos bilionários no País para a fabricação de tablets, em fábrica instalada em Jundiá. "O que os chineses exigiram para vir para o Brasil? Terreno próximo de um aeroporto, que operassem voos diretos para a China; energia em abundância e banda larga de Internet; estradas de escoamento para os

demaís centros urbanos para o escoamento da produção; sócios brasileiros e operações de crédito. Tudo o que nós não temos", descreveu Serafim.

O ex-prefeito alertou para a falta de uma agenda unificada de ação. "Caminhamos sem saber aonde queremos chegar. Desse jeito, aliás, não vamos chegar a lugar algum". O secretário da Seplan, Marcelo Lima, concordou com as colocações e acrescentou que "jamais seremos competitivos sem infraestrutura". "A falta de infraestrutura é o nosso grande vilão, junto com a burocracia, duas coisas que dependem da boa vontade do Governo Federal", disse Marcelo.

O vereador Paulo De' Carli (PRTB), representante da Câmara Municipal de Manaus (CMM), falta capacidade de reação política para sairmos dessa situação. "As decisões que nos afetam sempre serão tomadas no âmbito político, no Congresso Nacional", observou o parlamentar. "Há de se cobrar politicamente o Governo Federal. Nessa luta, temos que dosar o papel de guerreiros e diplomatas. Me parece que as autoridades estão preferindo a diplomacia técnica e aberto mão de guerrear, mas é preciso mais", afirmou. De'Carli, destacando que a Reforma Política que será debatida no Congresso será uma ótima oportunidade para discutirmos a questão.

Para o deputado Arthur Bisneto (PSDB), autor do requerimento solicitando a audiência, era imprescindível que a bancada amazonense no Congresso tivesse procurado os especialistas para se informar sobre os efeitos da MP dos Tablets antes de sua aprovação. Ele alertou que outras medidas provisórias em tramitação trazem mais prejuízos ao Polo Industrial de Manaus, como a MP 517 (que trata da produção de moldens) e a MP do Entretenimento (que atinge o segmento de CDs e DVDs).

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA		EDITORIA
	TÍTULO Deputado alerta para novas ações contra o <u>PIM</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Arthur Bisneto disse que a bancada federal do Amazonas precisa ficar atenta a essas duas medidas para não “dormir no ponto”, como ocorreu com a MP 534 e também com a MP 517, que concede incentivos fiscais a áreas consideradas estratégicas pelo Governo Federal

Arthur Bisneto (Rubilar Santos)

Enquanto o Amazonas ainda tenta reduzir o impacto da Medida Provisória nº 534, que estendeu aos tablets as mesmas isenções fiscais concedidas a outros bens de informática, o Governo Federal já articula duas outras ações que podem causar grande impacto no Polo Industrial de Manaus: a MP do Entretenimento, que atinge o segmento de CDs e DVDs, e a proposta de Reforma Tributária. O alerta foi feito pelo deputado Arthur Bisneto (PSDB) durante a audiência pública realizada nesta terça-feira, no auditório Senador João Bosco, da Assembleia Legislativa.

Arthur Bisneto disse que a bancada federal do Amazonas precisa ficar atenta a essas duas medidas para não “dormir no ponto”, como ocorreu com a MP 534 e também com a MP 517, que concede incentivos fiscais a áreas consideradas estratégicas pelo Governo Federal. “Na MP 517, teve senadora que pediu para ir no banheiro na hora da votação. Outro senador não votou para não se indispor com a presidenta Dilma”, afirmou.

Bisneto disse que está preocupado com os desdobramentos da MP 534. “A medida é perigosa para o

futuro do polo industrial de Manaus. A tecnologia está evoluindo e os tablets são hoje a tecnologia de ponta. Essa medida pode prejudicar a curto, médio e longo prazo o Polo Industrial de Manaus”, avalia.

Autor da proposta de realização da audiência pública para discutir os impactos da MP 534, em parceria com o deputado José Ricardo (PT), Bisneto disse que seu objetivo foi permitir que todos os segmentos da sociedade participassem dessa discussão e apresentassem propostas para serem encaminhadas à bancada federal.

Para o economista e ex-prefeito de Manaus, Serafim Corrêa, o Amazonas precisa resolver sete pontos que são exigidos por qualquer empresa interessada em se instalar no PIM: banda larga, energia, portos, estradas, aeroportos, mão de obra qualificada e telefonia.

O vereador Paulo de Carli (PRTB) disse que a MP dos tablets é a ponta do iceberg e que falta mais reação política dos governantes e da bancada federal do Amazonas. “As decisões são sempre tomadas nesse campo”, observou.

O Secretário Executivo de Estado da Fazenda, Tomaz Nogueira, minimizou os impactos negativos da MP 534. Ele disse que o governador Omar Aziz conseguiu do Governo Federal a garantia de que nenhuma nova medida que afete a ZFM será editada sem ser discutida com os representantes do Amazonas e que a bancada federal apresentou emendas à MP 534 para salvaguardar a ZFM.

	VEÍCULO PORTAL D24AM		EDITORIA
	TÍTULO Sefaz negocia criação de dois entrepostos da <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segundo Abraham, as negociações do Governo do Amazonas com as Secretarias de Fazenda de Pernambuco e Goiás estão avançadas e até o final do ano devem ser concluídas.

Manaus - A Secretaria de Fazenda do **Amazonas** (Sefaz) está negociando a implantação de novos entrepostos da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, em Pernambuco e Goiás, para facilitar o **comércio** dos produtos do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do País. “Com os entrepostos, há um ganho logístico muito grande para as empresas, aumentando a competitividade dos nossos produtos no **mercado** brasileiro”, afirmou o secretário de Estado de Fazenda, Isper Abraham.

Segundo Abraham, as negociações do Governo do **Amazonas** com as Secretarias de Fazenda de Pernambuco e Goiás estão avançadas e até o final do ano devem ser concluídas. Em Goiás, o Estado já assinou um protocolo para a implantação do entreposto, que será instalado na capital Goiânia. As conversas entre os governos do **Amazonas** e Pernambuco ainda se concentram na definição do local de instalação do entreposto.

“A criação de um entreposto é feita com base em estudos técnicos para atender a demanda de empresários por melhores condições. São eles que nos demandam. Agora, por exemplo, temos uma demanda forte dos empresários do Nordeste e Centro-Oeste, mas principalmente do Nordeste. Estamos em conversa com os fiscos estaduais para conciliar os interesses. Para nós, também não é interessante colocar diversos entrepostos porque aí se cria uma competição predatória e prejudicial”, disse Abraham.

A **Zona Franca** de **Manaus** já possui um entreposto no município de Rezende, no Rio de Janeiro, e outro em

Uberlândia, em Minas Gerais. Criado há pouco mais de um ano, o entreposto de Uberlândia conta com 18 empresas operando internamente, gera aproximadamente 50 empregos diretos e movimentou cerca de R\$ 1,5 bilhão em **mercadorias** no ano passado, segundo informações da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**.

Encontro

Empresários do **Amazonas** e de Minas Gerais estão reunidos em **Manaus** para discutir as oportunidades de negócios com o entreposto da **ZFM** em Uberlândia. Organizado pela **Suframa**, o evento, que acontece até amanhã, faz parte da programação da missão empresarial do Projeto Plataforma do Valor do **Brasil Central (PVBC)**, liderado pelo prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão, e por empresários mineiros.

“Uberlândia hoje é um posto extremamente **importante**. Mais ou menos equidistante de todas as partes do País. Logisticamente é muito **importante** porque você tem grandes atacadistas localizados na região Sudeste e que, atualmente, têm tido uma postura de manter um estoque de produtos baixo e comprar constantemente da indústria, o que para nós dificulta por causa das nossas questões logísticas”, ressaltou o secretário de Estado de Fazenda, Isper Abraham, que abriu oficialmente o evento.

Com as negociações através do entreposto, as empresas têm um custo logístico reduzido e conseguem entregar seus produtos em menor tempo, sem que haja perda no volume de arrecadação de impostos. No entreposto, o recolhimento do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) ao Governo do **Amazonas** só é feito quando os produtos chegam a base. O Estado que recebe o entreposto fica com o **ICMS** sobre o transporte da **mercadoria**.

	VEÍCULO PORTAL D24AM		EDITORIA
	TÍTULO Audiência sobre tablets formalizar documento para a bancada do <u>Amazonas</u> em Brasília		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Comunidade científica e acadêmica do Amazonas foi escutada sobre as polêmicas da "MP dos tablets" e possíveis prejuízos a Zona Franca de Manaus.

MANAUS - A audiência pública sobre a Medida Provisória (MP) 534, a chamada "MP dos tablets", realizada na manhã desta terça-feira (14) na Assembleia Legislativa do Amazonas deve ter como resultado a formalização de documento com os posicionamentos de autoridades e representantes de órgãos técnicos apontando os impactos da Medida na Zona Franca de Manaus.

O autor do pedido da audiência, o deputado Arthur Bisneto (PSDB), explica que o encontro teve como objetivo ouvir a comunidade acadêmica e científica sobre a questão, coisa que, de acordo com ele, não havia sido feita até agora – sobretudo pelos parlamentares do Amazonas em Brasília. "A MP 534 é preocupante e precisamos ouvir a comunidade acadêmica sobre o caso. Eles podem nos dizer os impactos da medida para a Zona Franca de Manaus", disse Bisneto.

A versão final do documento, cujo formato ainda não está definido, será encaminhada para a bancada do Amazonas em Brasília e também para os parlamentares de outros Estados da Federação para que estes entendam a realidade "específica" da região, assim como as razões que, de acordo com o deputado, justificam a isenção fiscal unicamente para o Amazonas.

Impactos

"Os parlamentares dos outros Estados precisam entender que nossa região é diferenciada, distante dos centros e com problemas logísticos muito grandes. A Zona Franca é o motor econômico do Amazonas e eles precisam entender os impactos da MP 534 na região", afirmou Arthur Bisneto.

Participaram da audiência pública sobre a MP 534 instituições como Suframa, ACA, Fieam, CUT, Força Sindical, CIEAM, Corecom e Ufam.